COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 6.232, DE 2013

Dispõe sobre a criação de 1 (uma) vara federal no Estado do Rio Grande do Sul e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal e dá outras providências.

Autor: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relator: Deputado JERÔNIMO GOERGEN

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em exame, de autoria do Superior Tribunal de Justiça, propõe a criação de uma nova vara federal na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a ser instalada no Município de Ijuí, bem como a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal.

De acordo com o previsto no parágrafo único do art. 1º da proposição, a vara a ser criada, com os respectivos cargos de Juiz Federal e de Juiz Federal Substituto, além de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas, deverá ser implantada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, observada a disponibilidade de recursos orçamentários. Ao mesmo Tribunal caberá fixar, em ato próprio, a competência do novo órgão jurisdicional, de acordo com as necessidades locais.

A matéria já foi examinada, quanto ao mérito, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que emitiu parecer no sentido de sua aprovação. A Comissão de Finanças e Tributação, cuja competência neste processo se restringe ao exame de compatibilidade e

adequação financeira e orçamentária da proposição, também se pronunciou favoravelmente à mesma.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania cabe se manifestar sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, redação e mérito do projeto de lei em foco, nos termos do disposto no art. 32, inciso IV, letras a e d, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Os requisitos formais de constitucionalidade e de juridicidade foram observados. Trata-se da proposta de criação de uma nova vara da Justiça Federal, matéria inequivocamente pertinente à competência legislativa da União e às atribuições normativas do Congresso Nacional.

A iniciativa legislativa do Tribunal Superior de Justiça encontra-se em perfeita sintonia com a reserva mencionada no art. 96, inciso I, alínea *d* e inciso II, alínea *b*, do Texto Constitucional.

Observa-se, ainda, como já anotado no parecer aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação, que o projeto de lei em análise atende ao pressuposto do art. 169 da Constituição Federal, que condiciona a criação de cargos à efetiva autorização legislativa e prévia dotação orçamentária.

Quanto ao conteúdo, não vislumbramos na proposição nenhuma incompatibilidade material com os princípios e regras que norteiam o sistema jurídico-constitucional vigente.

A técnica legislativa e a redação empregadas revelam-se adequadas, atendendo às orientações gerais dadas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Por fim, no tocante ao mérito, parece-nos que as medidas constantes da lei projetada são oportunas e convenientes para garantir melhores condições de acesso à Justiça na região a ser atendida pela nova vara federal, a ser sediada no Município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Como salientado na justificação que acompanha a matéria, a crescente demanda da população, que busca a tutela do Judiciário, exige do poder público a adoção de medidas para prover os órgãos jurisdicionais de uma estrutura adequada ao atendimento dos cidadãos. A competência da nova vara a ser criada deverá abranger cerca de doze Municípios próximos a Ijuí, compreendendo uma área territorial de mais de 5.377 m² e 148.561 habitantes, o que certamente redundará em uma prestação jurisdicional mais efetiva aos cidadãos que residem nessa região.

Em face do exposto, concluímos o voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, da aprovação do Projeto de Lei nº 6.232, de 2013.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 2015.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN

Relator